



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

MANDADO DE SEGURANÇA 38.039/DF – ELETRÔNICO

RELATORA: MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

IMPETRANTE: CARLOS EDUARDO GUIMARÃES

**IMPETRADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL – CPI DA PANDEMIA**

PARECER ASSEP-CRIM/PGR 323474/2021

MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. AFASTAMENTO DOS SIGILOS TELEFÔNICO E TELEMÁTICO. CONSTITUCIONALIDADE. REQUISITOS LEGAIS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. CAUSA PROVÁVEL DEMONSTRADA. CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS ALHEIOS AO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO. OBSERVÂNCIA. CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA.

1. É exigida das comissões parlamentares de inquérito, para fins de decretação de medidas cautelares que adentram na esfera de intimidade dos investigados, a observância dos requisitos estabelecidos em lei, sem que se exija dos Parlamentares o mesmo rigor argumentativo próprio da atuação dos magistrados, uma vez que a motivação dos atos, no atendimento aos requisitos legais, insere-se no ambiente próprio da atividade parlamentar.

2. Inexiste ilegalidade em ato de comissão parlamentar de inquérito que aprova requerimentos de levantamento de sigilos quando houver a indicação de elementos indiciários suficientes à caracterização de causa provável do envolvimento da pessoa com os fatos sob apuração.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

3. Faculta-se às comissões parlamentares de inquérito o afastamento de sigilo fiscal, telefônico e de dados, não sujeitos a reserva de jurisdição. Precedentes.
4. O afastamento do sigilo não abrange dados que não tenham estrita pertinência temática com o objeto da comissão parlamentar de inquérito, presumindo-se a colheita de forma a preservar a confidencialidade de informações alheias ao objeto investigado.
5. Pelo princípio da eventualidade, o mandado de segurança, caso não conhecido, pode ensejar a concessão, de ofício, de *habeas corpus*.
 - Parecer pela concessão parcial da segurança, tão somente para determinar a manutenção de sigilo de dados que sejam alheios ao objeto da investigação.

Excelentíssima Senhora Ministra Cármen Lúcia,

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por CARLOS EDUARDO GUIMARÃES, contra ato da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Pandemia pelo qual foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2021, de autoria do Senador Renan Calheiros, Relator da CPI, que postula a quebra dos sigilos telefônico e telemático do impetrante.

Defende o impetrante a ilegalidade e a nulidade da medida acauteladora, que teria sido decretada mediante justificativa inidônea, sem



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

pertinência temática com o objeto da CPI e sem indicação da conduta ilícita supostamente praticada.

Alega que *“as motivações apresentadas no requerimento 1034 de 2021, que solicitou a transferência dos sigilos do Impetrante se fundou em elementos parcos e insuficientes”* (fls. 13/14), uma vez que *“a referida justificação deixou de descrever quais depoimentos e quais documentos ou informações descreveriam a atuação do Impetrante nessas condutas, deixando de individualizar, de forma objetiva, os elementos à formação de sua cognição”*, tampouco relatou *“objetivamente quais foram as reportagens ou notícias que corroboravam com a medida excessiva solicitada”* (fl. 14).

Entende que *“a justificação sequer demonstrou meros indícios de que o Impetrante haveria praticado a disseminação de notícias falsas relacionadas à pandemia do CIVD-19 [sic], se limitando a argumentos genéricos e subjetivos”* (fls. 16/17).

Argumenta ser equivocada a premissa trazida pela justificação, acerca de ser ou ter sido assessor especial do Poder Executivo, porquanto *“foi assessor parlamentar do senhor Jair Messias Bolsonaro entre os períodos de 2006 a 2016, ou seja, quando este ocupava o cargo de deputado federal (...) anterior à eleição para o cargo de Presidente da República e, portanto, muito anterior ao objeto da CPI”* e esclarece que *“após esse período, o Impetrante apenas*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

trabalhou no cargo de assessor do deputado federal Eduardo Bolsonaro” (fl. 18 – destaques do original).

Assevera, por fim, que “a utilidade das medidas nunca foi devidamente demonstrada, quanto mais a justificar a transferência dos sigilos de servidor público que sequer atua junto ao governo federal” (fl. 19).

Requer, à vista disso, o deferimento do pedido liminar, “com a consequente determinação de suspensão dos efeitos oriundos do requerimento nº 1034 de 2021 na CPI da Pandemia e a suspensão dos ofícios nº 1739, 1740, 1741, 1742, 1743, 1782, 1803 e 1810” (fl. 20).

No mérito, pugna pela confirmação da tutela provisória, com a concessão da segurança, para que seja declarada a nulidade do Requerimento 1.034/2021 da CPI da Pandemia.

As informações foram prestadas pela autoridade coatora, que afirma, em síntese, ser o ato coator devidamente motivado, considerados os contornos da exigência de fundamentação de atos próprios da atividade parlamentar.

Consigna como o elemento determinante para a adoção da medida extrema o fato de que *“a CPI da Pandemia obteve informações de que o impetrante – o Sr. CARLOS EDUARDO GUIMARÃES – é conhecido como uma pessoa próxima ao então candidato a Presidência da República, Jair Bolsonaro e seus filhos,*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

tendo como sua principal característica a prática de divulgação de notícias com conteúdos falsos e cujos dados telefônicos e telemáticos são de extrema importância e validade para as investigações da CPI” (fl. 68).

Pondera ser a aprovação do requerimento pelo Poder Legislativo, impeditiva de intervenção do Poder Judiciário na avaliação da necessidade da medida, em atenção ao princípio da separação de poderes e à intangibilidade dos atos *interna corporis*.

Após enfatizar ser o ato coator sindicável pelo Poder Judiciário, a Ministra Rosa Weber, no exercício da Presidência desse Supremo Tribunal Federal, indeferiu o pleito liminar, por não vislumbrar, *“ao menos em juízo de sumária cognição, ausência de justificativa hábil nem desvio de finalidade na decisão parlamentar que decretou a quebra de sigilo ora atacada”* (fl. 117).

Vieram, então, os autos a esta Procuradoria-Geral da República para manifestação.

Eis, em síntese, o relatório.

Em juízo preliminar, a ação mandamental, caso não supere os requisitos para a sua concessão, pelo princípio da eventualidade, pode ensejar a concessão, de ofício, de ordem de *habeas corpus*, instrumento processual adequado para o atingimento dos fins pretendidos, bem assim para a salvaguarda do direito de locomoção do impetrante.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Isso considerando que os elementos de prova que se pretende produzir com a decretação das medidas cautelares – afastamento de sigilo telefônico e telemático – ora contestadas dizem respeito à persecução penal e podem caracterizar, indiretamente, ameaça ao direito de ir e vir do impetrante, dada a possibilidade de emprego daqueles elementos, futuramente, no curso de processo de natureza criminal.

À luz da jurisprudência desse Supremo Tribunal Federal, *“não é somente a coação ou ameaça direta à liberdade de locomoção que autoriza a impetração do habeas corpus. Também a coação ou ameaça indireta à liberdade individual justifica a impetração da garantia constitucional inscrita no art. 5º, LXVIII, da C.F.”* (STF – RHC 76.946, 2ª Turma, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 11/6/1999. Destacado).

Conforme assinalado acima, CARLOS EDUARDO GUIMARÃES volta-se contra o Requerimento 1.034/2021, formulado pelo Senador Renan Calheiros, Relator da CPI da Pandemia e aprovado na 29ª Reunião Semipresencial da Comissão Parlamentar, realizada no dia 30 de junho de 2021, relativo à transferência dos seus sigilos telefônico e temático, desde abril de 2020.

A Constituição Federal, em seu art. 58, § 3º, defere expressamente às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes análogos aos das *“autoridades judiciais”*.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Isso se deve ao reconhecimento, pelo Poder Constituinte Originário, do relevante função que as comissões parlamentares de inquérito desempenham no desencargo pelo Poder Legislativo de seu dever de fiscalização.

As comissões parlamentares de inquérito exercem, **de forma atípica**, a investigação de fatos lesivos ao ordenamento jurídico pátrio, configurando efetivo mecanismo do sistema de freios e contrapesos ínsito ao princípio da separação de poderes.

Considerando que podem ser instituídas a partir de requerimento de um terço dos integrantes de cada Casa Legislativa, as CPIs desempenham também importante função contramajoritária, permitindo às minorias representadas no Parlamento exercer controle sobre a maioria congressista, alcançando os demais Poderes da República.

Por esse motivo, é pacífica a jurisprudência desse Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de as CPIs decretarem o afastamento de sigilos constitucionalmente assegurados, salvo aqueles expressamente sujeitos à reserva de jurisdição no texto constitucional¹.

1 Notadamente a realização de interceptações telefônicas, de busca e apreensão domiciliar e a decretação de prisões preventivas (MS 23.652, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 16.2.2001).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

A propósito, merecem destaque os seguintes trechos do voto condutor do acórdão proferido por essa Corte no MS 24.817, que refletem a diretriz jurisprudencial vigente sobre a matéria:

Cumpre enfatizar, desde logo, que assiste, à Comissão Parlamentar de Inquérito, competência para decretar, 'ex própria auctoritate', a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das pessoas sujeitas a investigações legislativas promovidas por qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Esse entendimento encontra apoio na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, a partir do julgamento Plenário do MS 23.452/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO (RTJ 173/805-810), firmou orientação no sentido de reconhecer que a quebra do sigilo constitui poder inerente à competência investigatória das Comissões Parlamentares de Inquérito:

'- O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) - ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política - não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar.

As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV).

- As deliberações de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais (RTJ 140/514), quando destituídas de motivação, mostram-se írritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal.'

(RTJ 173/808, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

Vê-se, desse modo, que, por efeito de expressa autorização constitucional (CF, art. 58, § 3º), assiste competência à Comissão Parlamentar de Inquérito, para, ela própria, decretar – sempre em ato necessariamente motivado – a ruptura dessa esfera de intimidade das pessoas. (MS 24.817, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ de 6.11.2009)

Embora a atuação da CPI não esteja livre de controle pelo Poder Judiciário, essa fiscalização há de centrar-se no controle de legalidade do ato, para o fim de coibir e reparar condutas evidentemente excessivas. Afiguram-se indevidas, dessa maneira, incursões sobre o mérito da linha investigativa adotada ou ainda sobre os aspectos da conveniência e oportunidade para a colheita de elementos de prova, uma vez que, os trabalhos da Comissão Parlamentar, estão no âmbito do espaço de atuação “*interna corporis*”.

A propósito das balizas e da extensão do controle judicial incidente sobre os atos praticados pela CPI da Covid, destaca-se a existência de certa flutuação nas decisões monocráticas proferidas pelos Ministros do egrégio



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Supremo Tribunal Federal, especialmente no que diz respeito ao grau de fundamentação a ser observado nos requerimentos parlamentares, inexistindo, no caso, ainda precedente do Plenário a fixar critérios objetivos.

Um dos fatores que contribui para a diversidade de tratamento de situações por vezes similares no contexto da denominada CPI da Covid é a necessidade de provimentos liminares monocráticos, observando-se a orientação manifestada pela Presidência dessa Corte no sentido de que “*não há prevenção automática para a relatoria de writs impetrados contra atos de CPIs, aplicando-se a livre distribuição como regra geral*” (HC 202.940, DJ de 10.6.2021).

Esta Procuradoria-Geral da República, ao interpor agravo interno em face de decisão denegatória nos autos do MS 37.980, ainda pendente de julgamento, identificou entendimentos dissonantes e sustentou a premente necessidade de compatibilização:

Esta Procuradoria-Geral da República, ao interpor agravo interno em face de decisão denegatória nos autos do MS nº 37.980, recurso ainda pendente de julgamento, levantou esse impasse, identificou os entendimentos dissonantes e sustentou a premente necessidade de compatibilização:

Nessa Suprema Corte, ao se adotar a regra da livre distribuição dos feitos por sorteio entre todos os ministros, excluindo o presidente, entendimentos divergentes acerca do mesmo tema foram adotados, uma vez que os pedidos de investigados e testemunhas se encontram sob a relatoria de diferentes ministros.

[...]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Como se vê, as decisões acima citadas – que igualmente se referem à CPI da Pandemia – deram soluções diversas aos casos ora analisados.

Há decisões monocráticas que deferiram o pedido liminar, impedindo assim a quebra de sigilo telefônico e telemático de alguns impetrantes, e outras que indeferiram o pleito liminar, e em todas, é possível identificar a oscilação de interpretação do requisito causa provável pela adequada fundamentação para afastar o sigilo pessoal nas decisões mencionadas.

Assim, com vistas a sanar esse quadro de instabilidade gerado pelas decisões judiciais divergentes e objetivando garantir a segurança jurídica e a jurisprudência uniforme desse Supremo Tribunal Federal, o debate em questão deve ser solucionado pelo órgão colegiado dessa Suprema Corte.

Ademais, decisão do Plenário permitirá a homogeneização das premissas para deferimento de afastamentos de sigilos, sobretudo quanto à qualidade dos fundamentos, se iguais ou menos densas que as exigidas das autoridades judiciárias, tendo em vista o status político da Comissão Investigadora.

Nesse cenário heterogêneo, parece mais consentâneo com o ordenamento jurídico – compreendido como unidade – o entendimento segundo o qual é exigida das comissões parlamentares de inquérito, para fins de decretação de medidas cautelares que adentram na esfera de intimidade dos investigados, a observância dos requisitos estabelecidos em lei, sem que se exija dos Parlamentares o mesmo rigor argumentativo próprio da atuação dos magistrados, uma vez que a motivação dos atos, no atendimento aos requisitos legais, insere-se no ambiente próprio da atividade parlamentar.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Nesse sentido, já se decidiu que *“a extensão, pura e simples, dos mesmos critérios comumente adotados para aferir-se a legitimidade das decisões judiciais pode levar ao equívoco de se tomar por insuficientes argumentos que são perfeitamente adequados à atividade desenvolvida pelo Parlamento, no âmbito de uma comissão de inquérito”* (STF - MS 37.974, Rel. Min. Rosa Weber, DJ de 17.6.2021).

Colhe-se do Plenário, na mesma direção: *“A fundamentação exigida das Comissões Parlamentares de Inquérito quanto à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático **não ganha contornos exaustivos equiparáveis à dos atos dos órgãos investidos do ofício judicante.** Requer-se que constem da deliberação as razões pelas quais veio a ser determinada a medida”* (STF - MS 24.749, Pleno, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 5.11.2004) – grifo nosso.

E ainda: *“Para ter-se fundamentada a decisão de quebra dos sigilos, considera-se o teor do requerimento, bem como o que exposto, no momento da submissão a voto, aos integrantes da CPI, **descabendo exigir que o ato conte com a mesma estrutura, com relatório, fundamentação e parte dispositiva, de uma decisão judicial”*** (STF – MS 23.716, Pleno, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 18.5.2001) grifo nosso.

Assim, tendo presente a necessidade de diferenciação, no que se refere à exigência de fundamentação do ato, quando emanado no contexto de Comissão Parlamentar de Inquérito e quando realizado por magistrado no contexto de uma decisão judicial, o que há de ser verificado, essencialmente, é



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

a existência de causa provável (suficientes indicativos) do envolvimento do investigado com fatos potencialmente criminosos objetos da investigação.

Dito de outra forma, *“para a configuração de ato abusivo apto a embasar a concessão da segurança seria preciso (...) ficar inequivocamente demonstrada a falta de pertinência temática entre as medidas aqui questionadas e os fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito”* (STF - MS 38159, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ de 20.9.2021).

A exigência constitucional de fundamentação dos atos estatais há de ser lida na ambiência própria das funções do Poder da República encarregado da prática do ato no exercício de sua parcela da soberania do Estado.

Feitos tais apontamentos iniciais acerca da elevada relevância das comissões parlamentares de inquérito para o desempenho da função fiscalizatória do Poder Legislativo e, conseqüentemente, para o próprio regime democrático, passa-se ao exame de mérito da impetração.

Extrai-se do Requerimento 1.034/2021 a seguinte justificação:

Os depoimentos colhidos até o presente momento, somados às informações e aos documentos disponibilizados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, apontam existência de um “gabinete do ódio”, que defendia a utilização de medicação sem eficácia comprovada e apoiava teorias como a da imunidade de rebanho.

Conforme notícias recentes divulgadas na grande mídia, a referida pessoa é protagonista na criação e/ou divulgação de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

conteúdos falsos na internet, classificada até mesmo como verdadeira “militante digital”, por sua intensa atuação na escalada da radicalização das redes sociais por meio de fake news.

A pessoa contra quem se busca a quebra e a transferência de sigilo é (ou foi) assessora especial do Poder Executivo. Porém atua no chamado “gabinete do ódio”, como a imprensa vem denominando. Segundo consta, a mencionada pessoa está instalada próxima ao Presidente, em sintonia com seus assessores diretos, com objetivo de executar estratégias de confronto ideológico e de radicalização dos ataques nas redes sociais contra adversários.

Ainda de acordo com as notícias, o grupo influenciou fortemente na radicalização política adotada pelo Palácio do Planalto, interferindo e influenciando ações políticas por meio da divulgação de informações falsas em redes sociais.

Além de tudo, a pessoa envolvida com as investigações desta CPI pode ser uma das mais conhecidas propagadoras de fake news na internet.

Com efeito, sua atuação como redatora de conteúdo é questionada, investigada e perquirida desde o início do mandato do Presidente Jair Bolsonaro, por conta de inúmeras notícias falsas veiculadas em páginas específicas, outrossim, distribuídas a esmo por meio de grupos em aplicativos de mensagens.

Aquela pessoa também ficou conhecida por atuar durante a campanha eleitoral de 2018, próxima ao então candidato Jair Bolsonaro, seus filhos, correligionários e apoiadores. Segundo notícias da imprensa, tendo como principal característica a prática da divulgação de notícias falsas e usando extrema hostilidade para seus adversários, incluindo políticos e jornalistas.

Portanto, trata-se da quebra e transferência de sigilos de atores conhecidos pela imprensa, pelo público em geral da internet e por grande parcela da população brasileira, como atuantes na fabricação e divulgação de conteúdo falso, e cujos dados telefônicos e telemáticos serão extremamente válidos para a avaliação dessa Comissão Mista.

(...)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada com o objetivo de apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Brasil e, em especial, às ações que possam ter contribuído para o agravamento da pandemia. É inegável que um dos pontos de especial interesse da CPI – e da própria população em geral – é saber se, “somado à gravidade de um vírus potencialmente letal, o Poder Público agiu de maneira adequada ao propósito de minimizar perdas e proteger a população”, ou se, ao revés, estruturou-se no país um “ministério paralelo da saúde”, fora do aparato estatal e sem especialistas em infectologia, responsável por aconselhar autoridades, por difundir ideias como a chamada imunidade de rebanho, por recomendar medidas comprovadamente ineficazes como o “tratamento precoce”, por desestimular a compra de vacinas e, finalmente, por desincentivar ações de proteção sanitária, como o isolamento social.

(...)

Há claro nexos causal entre os fatos investigados e os indícios do envolvimento daquele servidor. Foram respeitados os demais limites constitucionais para a atuação da CPI, em especial o princípio da proporcionalidade, uma vez que a transferência de sigilo é medida indispensável para se identificar se a atuação da qualificada pessoa contribuiu para complicar a situação de pandemia, ao subministrar financeiramente medidas contrárias ao interesse público. (Fls. 37/42)

O afastamento dos sigilos telefônico e telemático do impetrante foi delimitado nos seguintes termos:

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, do disposto na Lei nº 1.579/52, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requero o LEVANTAMENTO (QUEBRA) e a TRANSFERÊNCIA DOS SIGILOS de CARLOS EDUARDO GUIMARÃES (CPF 669.994.721-49).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

E, ainda, referente às seguintes contas ou páginas: do Facebook, “@carlosetuardoguimaraes”; do Instagram, “@ecadus”; “@carlao.8”; “@caduguimaraes_”; @carlos_eduardo_xp”; “@duduzelas”; e, do Twitter, “@Caduguimaraes2”.

O número do atual acesso móvel celular da pessoa retromencionada é desconhecido, porém, tanto o Departamento de Polícia Federal, quanto a Receita Federal do Brasil informam que o número do CPF (acima descrito) é suficiente para que a operadora localize o número celular e informe o requerido.

Ademais, cumpre esclarecer que os requeridos levantamento e transferência de dados, referem-se especificamente aos sigilos:

a) telefônico, de abril de 2020 até o presente, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originais e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país;

b) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se:

b.1) a empresa Google Brasil Internet Ltda. (Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º andar, CEP 04538-133, São Paulo/SP) e a empresa Microsoft do Brasil Importação e Comércio de Software e Video Games Ltda. (endereço: Avenida Presidente Juscelino, São Paulo/SP, CEP 04543-907, para que forneçam:

(...)

b.2) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se empresa WhatsApp Inc., para que forneça as seguintes informações sobre:

*b.3) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Facebook para que forneça, a respeito das plataformas **Facebook, Instagram, Telegram e Facebook Messenger**, todo o conteúdo relativo às contas de sua titularidade em especial mensagens privadas, participação em grupos fechados,*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

comentários e postagens, lista de amigos e toda atividade nelas realizada.

b.4) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda, por meio da Privacy & Law Enforcement Compliance (e-mail lawenforcement@apple.com) para que forneça todo o conteúdo relativo às contas e aparelhos de sua titularidade, especialmente dados de localização, GPS, Bluetooth, endereço IP, localização de pontos de acesso Wi-Fi e torres de celular e outras tecnologias para determinar a localização aproximada de seu dispositivo, bem como o conteúdo armazenado no iCloud;

b.5) telefônico e telemático, de abril de 2020 até o presente, por meio da Privacy & Law Enforcement Compliance (e-mail lawenforcement@apple.com) para que forneça todo o conteúdo relativo às contas e aparelhos de sua titularidade, especialmente dados de localização, GPS, Bluetooth, endereço IP, localização de pontos de acesso Wi-Fi e torres de celular e outras tecnologias para determinar a localização aproximada de seu dispositivo, bem como o conteúdo armazenado no iCloud; (Fls. 33/36 – Destaques do original)

A pretensão deduzida no presente remédio constitucional foi embasada, fundamentalmente, nos seguintes argumentos:

- a) inidoneidade da fundamentação adotada, por não indicar o suposto ilícito por esse praticado;
- b) ausência de pertinência temática dos fatos genericamente apontados no ato coator ao objeto da CPI da Pandemia; e
- c) arbitrariedade e desproporcionalidade das medidas aprovadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Eis as razões expendidas pela Ministra Rosa Weber, no exercício da Presidência desse Supremo Tribunal Federal, ao indeferir o pedido liminar:

Transcrevo, no que sobreleva, a justificativa constante do Requerimento nº 1034/2021 (evento 5, fls. 4-10), apontado como ato coator:

(...)

Cumpra ter presente, de igual modo, o específico objeto da CPI em referência. Confira-se:

(...)

A análise dos textos acima transcritos, associada às premissas anteriormente expostas – ou seja, a natureza das CPIs, as peculiaridades que envolvem a motivação de seus atos e as diferenças entre fundamentação judicial e fundamentação da decisão política – apontam para a não configuração, na hipótese ora em exame, dos pressupostos necessários ao deferimento da liminar.

Com efeito, o requerimento que fundamentou o pedido de quebra faz menção a indícios que, devidamente lidos no contexto mais amplo da presente investigação parlamentar, estão perfeitamente adequados ao objetivo de buscar a elucidação das “ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil”.

*Os motivos veiculados no requerimento, ao contrário do que se afirma na impetração, indicam o envolvimento do impetrante no chamado “gabinete do ódio”, que **defendia a utilização de medicação sem eficácia comprovada e apoiava teorias como a da imunidade de rebanho**” (destaquei). Atribui-se ao investigado papel de destaque na “criação e/ou divulgação de conteúdos falsos na internet”, com “intensa atuação na escalada da radicalização das redes sociais por meio de *fake news*”. Consta ainda, nas razões do ato impugnado, o registro de que a parte impetrante estaria “instalada próxima ao Presidente, em sintonia com seus assessores diretos, com objetivo de executar estratégias de confronto ideológico e de radicalização dos*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

ataques nas redes sociais contra adversários. Ainda de acordo com as notícias, **o grupo influenciou fortemente na radicalização política adotada pelo Palácio do Planalto**, interferindo e influenciando ações políticas por meio da divulgação de informações falsas em redes sociais” (*destaquei*).

*Nesse contexto, não vislumbro, ao menos em juízo de sumária cognição, ausência de justificativa hábil nem desvio de finalidade na decisão parlamentar que decretou a quebra de sigilo ora atacada. Como bem pontuado no próprio Requerimento 1034/2021, “É inegável que **um dos pontos de especial interesse da CPI – e da própria população em geral – é saber se, ‘somado à gravidade de um vírus potencialmente letal, o Poder Público agiu de maneira adequada ao propósito de minimizar perdas e proteger a população’, ou se, ao revés, estruturou-se no país um ‘ministério paralelo da saúde’, fora do aparato estatal e sem especialistas em infectologia, responsável por aconselhar autoridades, por difundir ideias como a chamada imunidade de rebanho, por recomendar medidas comprovadamente ineficazes como o ‘tratamento precoce’, por desestimular a compra de vacinas e, finalmente, por desincentivar ações de proteção sanitária, como o isolamento social”** (*destaquei*).*

Parece inquestionável, desse modo, que os indícios apontados contra o impetrante – supostamente responsável por disseminar notícias falsas contra a aquisição de imunizantes e em detrimento da adoção de protocolos sanitários de contenção do vírus SARS-CoV-2 – sugerem a presença de causa provável, o que legitima a flexibilização do direito à intimidade do suspeito, com a execução das medidas invasivas ora contestadas.

Não prospera, por sua vez, o argumento de que a CPI deveria ter especificado, para efeito de validar a quebra de sigilo impugnada, quais os testemunhos e documentos que implicariam o impetrante nos fatos sob apuração. Embora fosse recomendável que assim o fizesse, tal lacuna – ao menos na hipótese dos autos – não nulifica a deliberação parlamentar, que indicou o protagonismo do



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

investigado em eventuais práticas subalternas, difundidas a partir de um suposto “ministério paralelo da saúde” e voltadas, em tese, dentre outras coisas, a boicotar a compra de vacinas e as recomendações de distanciamento social.

Não constitui demasia insistir, no ponto, que a CPI não se subordina, em seus atos decisórios, ao mesmo ônus argumentativo imposto aos órgãos judiciários. In casu, o que, de fato, importa é a circunstância de a Comissão de Inquérito se ter apoiado, para a sua tomada de decisão, em elementos informativos prévios, já sob sua posse, cujo teor indiciário sinalizara a utilidade e necessidade da medida decretada.

Reitero, a propósito, que o mandado de segurança, cujo rito sumário mostra-se adverso a expedientes de dilação probatória, não se qualifica como meio processual apto a escrutinar a qualidade das provas que motivaram o decreto legislativo de quebra de sigilo. Transcende, portanto, os estreitos limites da presente via, aferir a veracidade da justificativa invocada pelo Parlamento, ao afastar os sigilos telefônico e telemático do investigado, ou avaliar o argumento, invocado na impetração, segundo o qual “não houve qualquer depoimento que houvesse citado diretamente o Impetrante nas condutas que foram descritas”.

(...)

Não detecto, ainda, desproporcionalidade na medida impugnada. Dadas as particularidades da presente CPI – que envolve sensível investigação sobre virtuais responsáveis, na estrutura governamental, pelo quadro de emergência sanitária que hoje assola o país, já tendo vitimado mais de meio milhão de brasileiros¹ – e, sobretudo, as circunstâncias emergentes do fato probando, cujo deslinde não parece alcançável apenas pela via testemunhal, as quebras de sigilo telefônico e telemático assumem singular relevância, pois, sem tais intervenções na esfera de intimidade dos potenciais envolvidos, as chances de êxito quanto ao esclarecimento dos eventos sob apuração tornam-se praticamente desprezíveis. Aparentemente útil e necessária, pois, a medida questionada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

(...)

Resgatar essa essência propositiva do inquérito legislativo assume inquestionável relevo no contexto da presente CPI, na qual se apura eventual descumprimento, pelo Governo federal, de seus deveres constitucionais na área da saúde, a implicar no agravamento da crise sanitária, em solo nacional.

(...)

Em suma: o que se entende vedado à CPI é o ato de substituir-se à reserva de jurisdição, nos pontos em que ela é expressa na Constituição Federal, ou seja, não pode a comissão de inquérito, p. ex., decretar interceptação telefônica, busca domiciliar ou a prisão de alguém, salvo em situação de flagrante delito (FERRAZ, Anna Candida da Cunha. In Comentários à Constituição do Brasil. Coordenação de J. J. Gomes Canotilho et al. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 1.191), situações essas não verificadas na hipótese dos autos.

5. Por fim, necessário advertir-se que o decreto parlamentar de quebra dos sigilos telefônico e telemático não exonera a CPI do dever de preservar a confidencialidade dos dados em questão, atendendo fielmente ao que dispõe o próprio Regimento Interno do Senado, em seu art. 144. Reproduzo abaixo o teor de referida norma regimental, verbis:

(...)

*Dessa forma, os documentos sigilosos arrecadados pela CPI, desde que guardem nexos de pertinência com o objeto da apuração legislativa em curso e interessem aos trabalhos investigativos, poderão ser acessados, em sessão secreta, **unicamente** pelos Senadores que integram a Comissão de Inquérito, sem prejuízo da possibilidade de exame do material pelo próprio investigado e/ou seu advogado constituído.*

Além disso, os dados e informações pessoais e profissionais que, dizendo respeito exclusivamente à esfera de intimidade do atingido e de terceiros, sejam estranhos ao objeto do inquérito parlamentar devem ser mantidos sob indevassável manto de sigilo, sendo vedado o seu compartilhamento com o colegiado da



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Comissão, na linha do que se infere, aliás, do teor do inciso III do art. 144 do RISF. Portanto, devem tais documentos ser acautelados pelo Presidente da CPI ou pessoa por ele designada, em regime de absoluta confidência e inacessibilidade, até posterior devolução ao investigado.

*6. Com as breves ressalvas acima expostas, e sem prejuízo de posterior reexame da matéria pela Ministra Relatora, **indefiro** a liminar requerida. (Fls. 113/122 - Destaques do original)*

Observa-se que foi relatado, na justificativa do Requerimento 1.034/2021, possível envolvimento de CARLOS EDUARDO GUIMARÃES com fatos que guardam relação com a crise sanitária, mormente a estruturação no país de um “Ministério da Saúde paralelo”, fora do aparato estatal e sem a presença de infectologistas ou qualquer outro profissional de saúde habilitado, responsável pela divulgação de tratamentos alternativos, sem comprovação científica, bem como por difundir ideias como a da imunidade de rebanho, desestimular a compra de vacinas e a adoção de medidas de isolamento social.

Na medida em que se verifica relação dos fatos descritos no ato coator com o objeto da CPI, precisamente o enfrentamento à crise sanitária, há nexos causal entre os fatos sob investigação e as diligências investigatórias com alcance sobre o espaço protegido da privacidade do impetrante.

Não se pode exigir da comissão parlamentar, neste momento de investigação preliminar, a apresentação de provas mais robustas acerca do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

envolvimento da impetrante com os fatos sob apuração, até porque essa exigência revela-se incompatível com essa fase investigativa.

Afigura-se suficiente, para o deferimento das medidas cautelares, o apontamento de indícios dessa conexão, o que foi realizado a contento pelo colegiado.

As bases para uma investigação, que visa ao esclarecimento dos fatos, não se confundem com as de formulação de acusação, apta a uma condenação. Essa também é a diretriz consolidada no âmbito desse Pretório Excelso: *“O Tribunal já firmou entendimento de que as Comissões Parlamentares de Inquérito são dotadas de poder investigatório, ficando assentado que devem elas, a partir de meros indícios, demonstrar a existência concreta de causa provável que legitime a quebra do sigilo”* (MS 24.217, Tribunal Pleno, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 18.10.2002) – grifo nosso.

A exigência de provas cabais e irrefutáveis durante a investigação significaria, em última análise, fulminar a própria finalidade constitucional das comissões parlamentares de inquérito.

Consequentemente, no que se refere ao controle de legalidade das medidas adotadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, encontra-se cumprido o ônus argumentativo necessário à adoção de providência gravosa sobre o campo de intimidade e privacidade juridicamente protegidas. Faz-se



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

presente, na espécie, o pressuposto legitimador da ruptura da esfera de intimidade assegurada pelo texto constitucional, a saber, a indicação de causa provável.

Há de se destacar que o afastamento do sigilo não abrange dados que não tenham estrita pertinência temática com o objeto da comissão parlamentar de inquérito, presumindo-se a colheita de forma a preservar a confidencialidade de informações alheias ao objeto investigado, sob pena de caracterizar o *fishing expedition*.

O Senado Federal apresenta, em seu regimento interno, regulamentação suficiente e harmônica com a Constituição Federal sobre o manejo dos dados confidenciais compartilhados por ocasião dos pedidos de transferência de sigilos (art. 144 do RISF²).

2 Art. 144. Quanto ao documento de natureza sigilosa, observar-se-ão, no trabalho das comissões, as seguintes normas:

I - não será lícito transcrevê-lo, no todo ou em parte, nos pareceres e expediente de curso ostensivo;

II - se houver sido encaminhado ao Senado em virtude de requerimento formulado perante a comissão, o seu Presidente dele dará conhecimento ao requerente, em particular;

III - se a matéria interessar à comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em reunião secreta;

IV - se destinado a instruir o estudo de matéria em curso no Senado, será encerrado em sobrecarta, rubricada pelo Presidente da comissão, que acompanhará o processo em toda a sua tramitação;

V - quando o parecer contiver matéria de natureza sigilosa, será objeto das cautelas descritas no inciso IV.

Parágrafo único. A inobservância do caráter secreto, confidencial ou reservado, de documentos de interesse de qualquer comissão sujeitará o infrator à pena de responsabilidade, apurada na forma da lei.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Isso garante aos investigados que seus dados pessoais e os de terceiros serão considerados sob a ótica delimitada pelo pedido, bem como pela utilidade dessas informações para a investigação e, ainda, que serão tratados com as devidas importância e segurança, sendo preservados da publicidade.

Não se pode supor, a partir de ilações e sem suporte fático probatório mínimo, que os dados sigilosos obtidos serão divulgados indiscriminadamente e que não receberão o tratamento adequado pela autoridade que o requisita.

Em face do exposto, o PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, ante a presença dos requisitos exigidos para a adoção da medida cautelar impugnada, quanto aos sigilos telefônico e telemático, manifesta-se pela concessão parcial da segurança, tão somente para determinar a manutenção de sigilo de dados que sejam alheios ao objeto da investigação realizada pela comissão parlamentar de inquérito.

Brasília, data da assinatura digital.

Augusto Aras
Procurador-Geral da República
Assinado digitalmente